



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2019/204734 – SEPLAD / CMG.

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 001/2020 - SEPLAD PA – CPL/CMG PA.

CONTRATO Nº. 004/2021 CMG

**CONTRATO DE FORNECIMENTO DE
MATERIAL DE EXPEDIENTE CELEBRADO
ENTRE O ESTADO DO PARÁ, ATRAVÉS DA
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA E A
EMPRESA COMPANHIA DO PAPEL EIRELI
EPP, CONFORME DESCRITO ABAIXO.**

O ESTADO DO PARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, através da CASA MILITAR DA GOVERNADORIA, com sede na Avenida Dr. Freitas, nº 2531, Bairro da Pedreira, Belém/PA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 07.313.542/0001-63, nesta cidade, neste ato representada por seu CHEFE, **Sr. OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR**, brasileiro, casado, CEL QOPM R/R, portador do RG nº. 9916, CPF nº. 042.691.858-48, residente e domiciliado nesta capital, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e **COMPANHIA DO PAPEL EIRELI EPP**, empresa estabelecida nesta capital, à Av. Duque de Caxias, nº. 1199. Bairro do Marco, Belém/PA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 21.496.459/0001-06, neste ato representado por **JOSIMAR ALVES COSTA**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da identidade nº. 1418156 2ª. Via PC/PA, e do CPF 212.332.502-30, residente e domiciliada nesta capital, doravante denominada **CONTRATADA**, acordam e ajustam firmar o presente contrato, em conformidade com o Pregão Eletrônico SRP nº. 001/2020/SEPLAD/DGL, e a legislação vigente, especialmente com as leis nº. 10.520/02 e nº. 8.666/93, e mediante as cláusulas e condições eu reciprocamente se outorgam e se obrigam:

CLÁUSULA I – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1 – O presente Contrato, bem como os casos neles omissos, regular-se-ão pela Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto nº. 555, de 08 de agosto de 2000, Decreto nº. 877 e 878, de 31 de março de 2008, Decreto Estadual nº. 1.887, de 07 de novembro de 2017 e suas alterações contidas no Decreto Estadual 562/2020. Decreto Estadual nº. 534, de 04 de fevereiro de 2020, e na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº. 8.666/93, combinado com o inciso XII, do artigo nº. 55, do mesmo diploma legal.

1.2 – A Proposta Comercial, emitida pela empresa COMPANHIA DO PAPEL EIRELI EPP, é parte integrante e indivisível do presente Contrato e será considerada aceita automaticamente após assinatura deste instrumento;

1.3 – O Termo de Referência, emitido pela SEPLAD – Pregão Eletrônico 001/2020 – Processo 2019/204734, de cujo processo a **Casa Militar da Governadoria** é parte integrante, torna-se vinculado a este Contrato por ambas as partes, a contar da assinatura deste Contrato; bem como a Ata de Registro de Preço nº 008/2020 oriunda do referido processo.

1.4 - O presente Contrato vincula-se às regras dispostas no Edital de Licitação Nº 001/2020 (Pregão Eletrônico) e aos termos da proposta vencedora.

CLÁUSULA II – DA APROVAÇÃO DA MINUTA

2.1 – A minuta deste Contrato foi aprovada pela ASJUR - Assessoria Jurídica da Casa Militar da Governadoria do Estado do Pará, através da Manifestação Jurídica contida no processo PAE nº 2020/573438, nos termos do parágrafo único do art. 38, da Lei nº 8.666/1993 e inciso IX, do art. 08, do Decreto nº 10.024/2019 e legislações correlatas.

CLÁUSULA III – DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

3.1 – De acordo com Portaria 001/2019 – CMG, órgão CONTRATANTE, e suas alterações posteriores, o **CEL QOPM MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES**, na ausência do titular, tem competência para assinar este Contrato e seus documentos decorrentes em nome desta **Casa Militar, como Ordenador de Despesas**.

CLÁUSULA IV – DO OBJETO

4.1 – O presente Contrato tem como objeto o FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, pela contratada à contratante, em conformidade com as especificações, qualidade e condições gerais estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I, do Edital, consoante estabelecido no Processo Licitatório Nº. 2019/204734, conforme a necessidade do Órgão Contratante.

4.2 – Discriminações do Objeto

LOTE/GRUPO IV - PAPEL/ ENVELOPE/ LIVROS (MESORREGIÃO DE BELÉM)						
Item	Código Simas	Material	Unidade	Qtd	Vrl. Unt	Vlr. Total

JOSIMAR ALVES
COSTA:2123325
0230

Assinado de forma digital por JOSIMAR ALVES COSTA:2123325
Data: 2021.04.22 08:57:02 -05'00'



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



55	743-9	Envelope saco, branco, sem timbre, offset, 90g/m², tam. 310 x 410 mm (grande) Marca/Fabricante: Foroni/Foroni	UNID.	200	0,43	86,00
56	744-7	Envelope tipo saco, branco, sem timbre, offset, 90g/m², tam. 240 x 340mm (médio). Marca/Fabricante: Foroni/Foroni	UNID.	200	0,24	48,00
57	177216-3	Envelope saco branco, sem timbre, offset, 90g/m², tam. 162 x 229 mm (pequeno). Marca/Fabricante: Foroni/Foroni	UNID.	200	0,15	30,00
58	157132-0	Envelope tipo saco, amarelo, sem timbre, 80g/m², 310x410mm Marca/Fabricante: Ipecol/Ipecol	UNID.	200	0,30	60,00
59	132737-2	Envelope tipo saco, kraft 80g/m² ouro, sem timbre, tamanho A4. (229x324mm) Marca/Fabricante: Foroni/Foroni	UNID.	200	0,24	48,00
60	309-3	Livro para ata, pautado, com 100 folhas. Marca/Fabricante: São Domingos/ São Domingos	UNID.	10	6,38	63,80
61	310-7	Livro para ata, pautado com 200 folhas. Marca/Fabricante: São Domingos/ São Domingos	UNID.	10	13,29	132,90
62	313-1	Livro para protocolo com 100 folhas numeradas. Marca/Fabricante: Tilibra/Tilibra	UNID.	10	5,40	54,00
63	129219-6	Cartolina 150g/m², 50x66cm, branca Marca/Fabricante: Pilar/Pilar	FOLHA	05	0,46	2,30
64	24842-8	Bloco para anotação, 15x21cm, Branco, c/ 50 Folhas Marca/Fabricante: Marajó/Marajó	BLOCO	40	1,80	72,00

JOSIMAR ALVES
COSTA:2123325
0230

Assinado de forma digital por
JOSIMAR ALVES COSTA:21233250230
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI
Multipla v5, ou=33416079000195,
ou=Presencial, ou=Certificado PF A1,
cn=JOSIMAR ALVES
COSTA:21233250230
Data: 2021.04.22 08:59:13 -03'00'



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



65	13737-5	Bloco Adesivo reposic., 76x102 mm, color, c/ 100fls Marca/Fabricante: Leo e Leo/Leo e Leo	BLOCO	40	2,05	82,00
66	029290-7	Envelope Comum, S/ Timbre, Tam.(114X229mm) A4 Marca/Fabricante: Foroni/Foroni	UNIDADE	200	0,06	12,00
67	207497-4	Papel metalizado A4 180 g, cores variadas Marca/Fabricante: Gpk/Gpk	UNIDADE	10	0,59	5,90
68	207481-8	Placa de E.V.A. (2mm) Gliter Neon, cores diversas, 40 X 60 cm (100 g) Marca/Fabricante: Evamax/Evamax	UNIDADE	05	1,20	6,00
VALOR TOTAL DO LOTE IV						10.291,15

LOTE/GRUPO IX – ITENS SUSTENTÁVEIS (MESORREGIÃO DE BELÉM)						
Item	Código Simas	Material	Unidade	Qtd	Vrl. Unt	Vlr. Total
117	170518-0	Envelope tipo saco, em papel reciclado 90g/m², 310x410mm, sem timbre. Marca/Fabricante: Ipecol/Ipecol	UND.	100	0,32	32,00
118	170519-9	Envelope tipo saco, em papel reciclado 90g/m², 240x340mm, sem timbre. Marca/Fabricante: Ipecol/Ipecol	UND.	100	0,36	36,00
119	170520-2	Envelope tipo saco, em papel reciclado 80g/m², 162x229mm, sem timbre. Marca/Fabricante: Ipecol/Ipecol	UND.	100	0,13	13,00
120	207236-0	Caneta esferográfica, reciclada, ponta 1.0/1.2mm (média), cor azul. (com selo do Inmetro) Marca/Fabricante: Bic/Bic	UND.	30	1,30	39,00
VALOR TOTAL DO LOTE IX						120,00

CLÁUSULA V – DA FISCALIZAÇÃO

5.1 – A fiscalização da execução do objeto será efetuada por representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, determinando o que for

JOSIMAR ALVES
COSTA:212332
50230
Assinado de forma digital por JOSIMAR ALVES COSTA:21233250230
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI
Múltipla v3, ou=3341607600195,
ou=Presencial, ou=Certificado PF A1,
cn=JOSIMAR ALVES
COSTA:21233250230
Dados: 2021.04.22 09:01:07 -03'00'

Identificador de autenticação: 7285329.2522.729.822975959813938857
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>
Nº do Protocolo: 202201/567364/363 Anexo/Sequencial: 36

AS SUBSISTÊNCIAS DE FISCALIZAÇÃO DE PREÇOS E DE LICITAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, POR INTERMÉDIO DE SEU ÓRGÃO DE LICITAÇÃO, EM 27/04/2021 12:13 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 8D66B91E27FE228A.A6BC78A9ED8A4990.68992BDBE5F2E80.BF7EAD6569E2B058





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



7.1.12 - Assumir total responsabilidade por qualquer dano causado à CONTRATANTE, a seus prepostos ou terceiros, provocados por ação ou omissão, em decorrência da execução deste contrato, não cabendo à CONTRATANTE, em nenhuma hipótese, responsabilidade por danos diretos, indiretos ou lucros cessantes decorrentes;

7.1.12 - Reconhecer os direitos da Administração previstos neste instrumento e na legislação pertinente em caso de inexecução total ou parcial do Contrato, sem prejuízo da sua rescisão;

7.2 – Obrigações da **CONTRATADA** na manutenção das condições de habilitação:

7.2.1 – Obriga-se a **CONTRATADA** a manter durante a vigência contratual, todas as condições demonstradas para habilitação na Licitação efetuada, de modo a garantir o cumprimento das obrigações assumidas, e deverá atualizar os documentos cuja validade expire durante a vigência contratual, bem como garantir o cumprimento das obrigações assumidas;

7.2.2 – A **Casa Militar da Governadoria** deverá ser informada sempre que houver alteração do Contrato Social da Empresa, através do envio de cópia do contrato atualizado;

7.2.3 – As empresas licitantes que declararam o enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 3º, da Lei Complementar nº. 123/2006, e da Lei nº. 128/2008, atendendo às disposições constantes nos arts. 42 a 45 do mesmo diploma legal, ou sociedade cooperativa que se enquadre nas condições dispostas no art. nº. 34 da Lei 11.488/2007, desde que não elencada no rol constante do Termo de Conciliação Judicial celebrado entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia-Geral da União em 05 de junho de 2003, deverão comprovar tal situação, apresentando seu registro de Empresa Mercantis ou o Registro Civil de Pessoas Jurídicas, de acordo com o art. nº. 3º. da Lei Complementar nº. 123/2006, devidamente atualizado. Tal comprovação deverá ser enviada no momento da solicitação.

CLÁUSULA VIII – DA VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E REAJUSTE

8.1 – O prazo de vigência deste Contrato será até **10 de agosto de 2021**, contados a partir da assinatura deste instrumento, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993;

8.2 – O valor do Contrato será reajustado com base na variação acumulada do **IPCA / IBGE – ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO**, medido mensalmente pelo **IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, variação esta a ser aplicada em qualquer época de vigência deste Contrato, atendida sempre a menor periodicidade que venha a ser admitida em Lei e que, no momento, é de 12 (doze) meses, a contar do mês de assinatura deste Contrato; e

JOSIMAR ALVES
COSTA:2123325023
0

Assinado de forma digital por JOSIMAR ALVES
COSTA:2123325023
DN: c=BR, ou=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla
v5, ou=33416079000195, ou=Presencial,
ou=Certificado PP A1, cn=JOSIMAR ALVES
COSTA:2123325023
Dados: 2021.04.22 09:03:10 -03'00'

8



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



8.3 – Na hipótese de suspensão, extinção e / ou vedação do uso do IPCA / IBGE como índice de atualização de preços, fica, desde já, eleito o índice que oficialmente vier a substituí-lo, ou, o de menor variação.

CLÁUSULA IX – DO PREÇO, FATURAMENTO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 – O valor global do presente Contrato é de **R\$ 10.411,15 (dez mil, quatrocentos e onze reais e quinze centavos)**, estando nele incluídos todos os impostos, fretes e demais encargos incidentes. Considerando os preços relacionados na planilha abaixo, os quais foram cotados na proposta de preços da Contratada.

9.2 – A Nota Fiscal deverá fazer referência ao número do Pregão e Contrato, constando inclusive o número do telefone da empresa fornecedora.

9.3 - No caso de devolução da Nota Fiscal, Fatura ou Recibo para correção, o prazo de pagamento passará a ser contado a partir da data de reapresentação dos referidos documentos.

9.4 - O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado após a verificação da regularidade da contratada junto a Seguridade Social – CND e ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS;

9.5 - A **CONTRATANTE** poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela contratada, nos termos deste Edital e do Contrato.

9.6 - Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

9.7 - O pagamento será efetuado mediante o processamento do documento de cobrança apresentado pela CONTRATADA, devidamente certificado por fiscal credenciado da CONTRATANTE, o pagamento será realizado em C/C do Banco do Estado do Pará - BANPARÁ em conformidade ao Decreto Estadual nº 877, de 31 de março de 2008. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.8 – A CONTRATADA deve ser correntista do Banco do Estado do Pará S/A – BANPARÁ, caso não seja correntista, deverá providenciar a abertura de conta corrente em uma agência do BANPARÁ de sua preferência (§ 2º, art. 1º do Decreto Estadual nº. 877, de 31 de março de 2008);

9.9 – O(s) pagamento(s) será (ao) efetuado(s) por meio de Ordem Bancária/depósito bancário, conforme dados a seguir:

JOSIMAR ALVES
COSTA:2123325
0230

Assinado de forma digital por JOSIMAR ALVES COSTA:21233250230
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=33416079000195, ou=Presencial, ou=Certificado PF A1, cn=JOSIMAR ALVES COSTA:21233250230
Dados: 2021.04.22 09:03:31 -03'00'



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



- **NOME DO BANCO:** BANPARÁ;
- **CODIGO DA AGÊNCIA:** 0015;
- **Nº DA CONTA:** 354.402-8

9.10 - Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

9.11 - Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

9.12 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.13 - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

9.14 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.15 - Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

9.16 – Na ocorrência de erro e/ou houver dúvida e/ou omissão quanto aos documentos ou faturas que acompanhem a solicitação de pagamento, a Casa Militar poderá, a seu exclusivo critério, pagar a parcela não controvertida no prazo contratual, ficando a parcela restante para ser paga após a solução da controvérsia, passando a contar novo prazo, a partir da data que as pendências forem solucionadas e aprovadas pela **Casa Militar da Governadoria**;

9.17 – A CONTRATADA deverá entregar na Unidade Orçamentária Contratante a solicitação formal de cadastramento, contendo as informações necessárias para o preenchimento da Ficha de Atualização Cadastral de Credores - FACC (§ 3º, art. 1º do Decreto Estadual nº 877, de 31 de março e 2008);

JOSIMAR ALVES
COSTA:212332
50230

Assinado de forma digital por JOSIMAR ALVES COSTA:21233250230
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=33416079000195, ou=Presencial, ou=Certificado PF A1, cn=JOSIMAR ALVES COSTA:21233250230
Dados: 2021.04.22 09:03:53 -03'00'

10



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



9.18 – A Unidade Orçamentária Contratante preencherá a FACC e encaminhará à divisão de controle de dotações orçamentárias para inserção dos dados no sistema de controle de pagamentos (§ 4º, art. 1º do Decreto Estadual nº 877, de 31 de março de 2008);

9.19 – Desde já fica acertado que o comprovante de depósito bancário constitui documento comprobatório de quitação das obrigações decorrentes do instrumento contratual oriundo desta licitação, ou, o comprovante de pagamento do boleto, torna-o convalidado, através do depósito em conta da CONTRATADA conforme acima aduzido;

9.20 – Fica vedado o desconto bancário ou endosso de duplicatas, acaso extraídas com base neste instrumento contratual, não se responsabilizando a **Casa Militar da Governadoria** por seu pagamento, se verificado dito desconto ou endosso. Em qualquer hipótese, a **Casa Militar da Governadoria** não se responsabiliza por acréscimos, bancários ou não, no valor das duplicatas, quer sejam a título de juros, comissões, taxas de permanência e similares;

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - O pagamento será creditado em conta corrente da CONTRATADA junto ao Banco do Estado do Pará, até 30 (trinta) dias a partir da entrega do objeto, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, por meio de ordem bancária, devendo para isto ficar explicitado o nome da agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, devendo a CONTRATADA estar em situação regular no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF), relativas ao mês da competência.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Será susado o pagamento do evento, sem prejuízo das obrigações da CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir as especificações e cláusulas contratuais vinculadas a tal evento.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - A CONTRATANTE efetuará os pagamentos mediante Ordem Bancária. Para tanto, a CONTRATADA deverá informar no documento de cobrança, o nome e o número do banco, a agência e conta corrente onde será creditado o pagamento. A Conta Corrente somente deverá estar em nome da CONTRATADA, de acordo com o Decreto Estadual nº 877, de 31 de março de 2008.

CLÁUSULA X – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos orçamentários necessários para atender às despesas decorrentes deste Contrato constam do orçamento aprovado da CONTRATANTE para o exercício de 2021, como a seguir especificado:

Atividade – 8407 – Operacionalização das Ações Administrativas

U.G. - 11106 / U.O. – 110106

JOSIMAR ALVES
COSTA:212332502
30

Assinado de forma digital por JOSIMAR ALVES COSTA:21233250230
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTi
Multiple v3, ou=3341607900195,
ou=Presencial, ou=Certificado PF A1,
cn=JOSIMAR ALVES COSTA:21233250230
Data: 2021.04.22 09:04:54 -03'00'

11



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Funcional Programática - 04.122.1297.8407

Fonte – 0101006356 (Tesouro do Estado / Imp., Sup. e Serv. de Inform. e Mat. De Expediente).

Natureza da Despesa – 33.90.30.16 – Material de Consumo / Material de Expediente

CLÁUSULA XI – DA ALTERAÇÃO

11.1 – Poderá este Contrato ser objeto de alteração, observando-se as formalidades legais e mediante assinatura de Termo Aditivo, com fundamento no Art. 65 e seguinte da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações;

11.2 – No interesse da CONTRATANTE, o valor inicial, poderá ser acrescido ou suprimido até o limite previsto na Lei nº 8.666/93;

11.3 – A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições aduzidas no Termo de Referência e Proposta Comercial sobre os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários;

11.4 – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

CLÁUSULA XII – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 – Na forma do art. 86 da Lei nº 8.666/93, o atraso injustificado na execução do Contrato, quando exceder a 03 (três) dias, sujeitará a CONTRATADA à multa de mora correspondente a 0,33% (trinta e três centésimos por cento), ao dia, sobre o valor do Contrato, não podendo exceder ao limite total de 10% (dez por cento);

12.2 – De acordo com o estabelecido através do art. 87 da Lei no. 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato pela CONTRATADA, garantida a prévia defesa, implicará nas seguintes sanções à mesma:

12.2.1 – ADVERTÊNCIA, a qual será aplicada através de notificação por meio de ofício ou, através de e-mail da Seção de Logística, mediante contra recibo/aviso de recebimento, ao representante legal da CONTRATADA, estabelecendo-se prazo razoável, para cumprimento das obrigações inadimplentes;

12.2.2 – MULTA de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, nos casos em que a inexecução contratual corresponder a até 30 (trinta) dias de atraso na prestação do serviço ou entrega do produto pertinente ou, na entrega de qualquer documentação exigida;

JOSIMAR ALVES
COSTA:2123325
0230

Assinado de forma digital por JOSIMAR ALVES COSTA:21233250230
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipia v5, ou=33416079000195, ou=Presencial, ou=Certificado PF A1, cn=JOSIMAR ALVES COSTA:21233250230
Dados: 2021.04.22 09:10:02 -03'00'



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



12.2.3 – MULTA de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato, nos casos em que a inexecução contratual corresponder a um atraso superior aos 30 (trinta) dias. Ocasão em que será considerada a inadimplência completa por parte da CONTRATADA;

12.2.4 – Suspensão dos direitos de participar em licitação e de contratar com a administração, pelo prazo de 02 (dois) anos, quando a CONTRATADA não adimplir completamente com suas obrigações;

12.2.5 – Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV e o §3º do art. 87, da Lei 8.666/93 e suas alterações. A reabilitação será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes da respectiva inexecução contratual e, depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base nos artigos pertinentes da Lei Federal de Licitações e Contrato – 8.666 de 1993;

12.3 – No caso de inadimplemento que resultar em aplicação de multa, o pagamento devido só poderá ser liberado após a apresentação da guia de recolhimento da multa em questão, ou mediante o desconto do valor da mesma sobre o total da fatura ou da nota fiscal.

12.4 – A multa referida nesta cláusula poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração, sempre observando a ampla defesa e o contraditório;

12.5 – Consoante o disposto no § 2º do art. 87 da Lei no. 8.666/93, as sanções previstas nos itens **12.2.1**, **12.2.4** e **12.2.5** deste Contrato, poderão ser aplicadas concomitante com os itens **12.2.2** e **12.2.3**, previstos nesse instrumento facultada a defesa prévia ao interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, assim como garantida a ampla defesa e o contraditório no decorrer do respectivo processo administrativo;

12.6 – A Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública Estadual será proposta pela CMG e endereçada ao (a) Secretário (a) de Estado de Planejamento e Administração para aplicação caso a CONTRATADA venha a incorrer em um dos casos a seguir:

12.6.1 – For condenada, em sentença irrecurável, por praticar, com dolo, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo;

12.6.2 – Praticar ato ilícito, visando frustrar os objetivos da contratação;

12.6.3 – Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública.

12.7 – A penalidade aplicada será registrada no cadastro da SEPLAD (Secretaria de Planejamento e Administração) e no caso de suspensão de licitar, a CONTRATADA deverá

JOSIMAR ALVES
COSTA:212332502

Assinado de forma digital por JOSIMAR ALVES COSTA:212332502
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI
Multipia v5, ou=33416078000195,
ou=Presencial, ou=Certificado PF A1,
cn=JOSIMAR ALVES COSTA:21233250230
Dados: 2021.04.22 09:10:25 -03'00'

13



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



ser descredenciada pelo período estabelecido na penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais;

12.8 – Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso na execução ou a inexecução deste contrato advir de caso fortuito, motivo de força maior ou fato do príncipe;

12.9 – As sanções de que tratam os itens **12.2.1, 12.2.2, 12.2.3 e 12.2.4**, serão aplicadas pelo **Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado do Pará**, enquanto que a **Declaração de Inidoneidade**, constatada no item **12.2.5**, deverá ser proposta ao (a) **Secretário (a) de Estado de Planejamento e Administração**, mediante parecer devidamente fundamentado;

12.10 – Identificada a necessidade de instauração de Processo Administrativo para apurar responsabilidades da CONTRATADA, o representante desta será comunicado da possibilidade de aplicação da penalidade, abrindo-se o prazo legal para o oferecimento de defesa Lei Estadual de nº 8.972/2020, publicada no DOE PA em 13 de janeiro de 2020;

12.11 – No caso de aplicação da penalidade de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, o prazo para o oferecimento de defesa prévia também seguirá o da Lei Estadual de nº 8.972/2020, supracitada no item acima;

12.12 – Também, o Proponente que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o Contrato, deixar de entregar a documentação exigida no Edital ou Termo de Referência, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado e será descredenciado no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato, no Termo de Referência e, das demais cominações legais, sendo-lhe assegurado o direito à ampla defesa e contraditório.

CLÁUSULA XIII – RESCISÃO

13.1 – O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 79 e 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis;

13.2 – A rescisão do Contrato poderá ser:

13.2.1 – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração da CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da supracitada lei, notificando-se a CONTRATADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias úteis;

13.2.2 – Amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo, desde que haja conveniência para a Administração da CONTRATANTE;

JOSIMAR ALVES
COSTA:212332
50230

Assinado de forma digital por
JOSIMAR ALVES COSTA:21233250230
DN: c=BR, o=CP-Brasil, ou=AC
SOLUTI Multipla v5,
ou=33416079000195, ou=Presencial,
ou=Certificado PF A1, cn=JOSIMAR
ALVES COSTA:21233250230
Dados: 2021.04.22 09:10:49 -03'00'

14







**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



18.1 – Todas as entregas de materiais, comunicações ou notificações relativas a este Contrato serão enviadas para os seguintes endereços:

a) CONTRATANTE: Av. Doutor Freitas, nº 2531, Palácio dos Despachos – **Casa Militar da Governadoria do Estado do Pará**, Bairro da Pedreira, Belém, Pará, CEP – 66.087-812;

b) CONTRATADA: Av. Duque de Caxias, Nº 1199, térreo frente - Bairro: Marco - BELÉM-PA, Cep:66-093-029, FONE:(91)98171-0141/3216-0106, email: ecopaper15@gmail.com;

18.2 – A CONTRATADA declara neste ato, ter pleno conhecimento e compreensão das especificações técnicas, dos documentos e demais condições contratuais, não podendo, pois, em nenhuma circunstância, alegar o desconhecimento dos mesmos para isentar-se de responsabilidades pela correta execução do Contrato;

18.3 – As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA serão feitas sempre por escrito, podendo ser realizadas por e-mail, desde que sejam subscritos ou assinados por quem as represente.

CLÁUSULA XIX – DO FORO

19.1 – Fica eleito o foro da comarca de Belém, Estado do Pará, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas as questões que porventura, sejam resultantes deste Contrato e, assim ajustado, as partes assinam este Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que o mesmo produza seus efeitos legais.

E por assim haverem ajustado, as partes assinam este contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza efeitos.

Belém/PA, 20 de abril de 2021.

**OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR- CEL QOPM
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO DO PARÁ
CONTRATANTE**

**JOSIMAR ALVES
COSTA:2123325
0230**

Assinado de forma digital por JOSIMAR ALVES COSTA:21233250230
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=33416079000195, ou=Presencial, ou=Certificado PF A1, cn=JOSIMAR ALVES COSTA:21233250230
Dados: 2021.04.22 09:13:57 -03'00'

**JOSIMAR ALVES COSTA
COMPANHIA DO PAPEL EIRELI EPP
CONTRATADA**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Testemunhas:

01. Nome:_____;

CPF:_____;

02. Nome:_____;

CPF:_____.

AS SENSIVIDADES DESENVOLVIDAS PARA A AUTENTICAÇÃO DE DOCUMENTOS ELETTRONICOS SÃO: VAO SENSIVIDADES DESENVOLVIDAS PARA A AUTENTICAÇÃO DE DOCUMENTOS ELETTRONICOS. 344134/20/00006)
EM 27/04/2021 12:13 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 8D88B81E27F5E28A.A6B078A9ED8A499C.68892BDBE5F2E80.BF7EAD6586EEDB58

EXECUTIVO**GABINETE DO GOVERNADOR****CASA CIVIL DA GOVERNADORIA****LICENÇA MATERNIDADE****PORTARIA Nº.213/2021-CRG, de 22 de Abril de 2021.**

A COORDENADORA DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº. 1.436/2020-CCG, publicado no DOE nº. 34.283, de 16/07/2020 e, CONSIDERANDO o que dispõe o art. 88 da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994 e, ainda, a apresentação do Registro Civil de Nascimento, Matrícula nº. 065656 01 55 2021 1 01609 228 0734677 21 e, CONSIDERANDO os termos do Processo nº. 2021/390476, de 14/04/2021. RESOLVE:

I – Conceder à servidora JAMILLY DA SILVEIRA OLIVEIRA, Id. Funcional nº 5894960/2, ocupante do cargo de Assessor Administrativo II, 180 (cento e oitenta) dias de Licença Maternidade, no período de 08/04/2021 a 04/10/2021.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 08 de Abril de 2021.

DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 22 de Abril de 2021.
LUCIANA BITENCOURT SOARES
Coordenadora de Relações Governamentais

Protocolo: 648304**CASA MILITAR DA GOVERNADORIA****CONTRATO****EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 004/2021 CMG PA**

Contratante: CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO DO PARÁ;

Contratada: COMPANHIA DO PAPEL EIRELI EPP;

CNPJ: 21.496.459/0001-06;

Endereço: Av. Duque de Caxias, nº. 1199. Bairro do Marco, Belém/PA.

Modalidade: Pregão Eletrônico SRP nº. 001/2020/SEPLAD/DGL, relativo ao Processo Administrativo nº 2019/204734 – SEPLAD, Ata de Registro de Preço nº 008/2020;

Objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, pela contratada à contratante, em conformidade com as especificações, qualidade e condições gerais estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I, do Edital, consoante estabelecido no Processo Licitatório Nº. 2019/204734, conforme a necessidade do Órgão Contratante.

Valor Global: R\$ 10.411,15 (dez mil, quatrocentos e onze reais e quinze centavos).

Dotação Orçamentária:

Atividade	8407 – Operacionalização das Ações Administrativas
Natureza da Despesa	33.90.30.16 – Material de Consumo / Material de Expediente
Fonte do Recurso	0101006356 (Tesouro do Estado / Imp., Sup. e Serv. de Inform. e Mat. De Expediente)
Funcional Programática	04.122.1297.8407

Vigência do Contrato: 20/04/2021 a 10/08/2021.

Data da Assinatura: 20/04/2021

OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR - CEL QOPM - RG 9916

Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado.

Protocolo: 648569**SUPRIMENTO DE FUNDO****EXTRATO DE PORTARIA Nº 034/2021 – SF/CMG, DE 23 DE ABRIL DE 2021**

Suprido: ESTANLEY SAMPAIO PERES, CPF nº 003.949.172-27, Assessor Operacional I; Prazo p/ aplicação: 60 (sessenta) dias; Prazo p/ Prestação de Contas: 15 (quinze) dias; Valor: R\$ 7.500,00; Elemento de Despesa: 33.90.39 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica); Fonte de recurso: 0101 (tesouro); Ordenador de Despesa: Osmar Vieira da Costa Junior, CEL QOPM.

Protocolo: 648636

Identificador de autenticação: 1085575.1212.126.2119291291128556

Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>

Nº do Protocolo: 2021/54364/333 Anexo/Sequencial: 39

DIÁRIA**EXTRATO DE PORTARIA Nº 249/2021 – DI/CMG, DE 23 DE ABRIL DE 2021**

Objetivo: desempenhar funções administrativas inerentes ao Governo do Estado; Fundamento Legal: Lei nº 5.119/84; Município de Origem: Belém/PA; Destino: São Sebastião da Boa Vista/PA; Período: 20 a 23/04/2021; Quantidade de diárias: 4,0 (alimentação) 3,0 (pousada); Servidor: 3º SGT PM R/R Claudionor Maria Lobato, CPF nº 174.112.112-49; Ordenador: CEL QOPM Osmar Vieira da Costa Júnior;

Protocolo: 648612**EXTRATO DE PORTARIA Nº 250/2021 – DI/CMG, DE 23 DE ABRIL DE 2021**

Objetivo: a serviço do Governo do Estado; Fundamento Legal: Lei nº 5.119/84; Município de Origem: Belém/PA; Destino: Aurora do Pará/PA; Período: 16 a 19/04/2021; Quantidade de diárias: 4,0 (alimentação) 3,0 (pousada); Servidor: 3º SGT BM Jesiel Dias Silva, CPF nº 697.241.302-82; Ordenador: CEL QOPM Osmar Vieira da Costa Júnior;

Protocolo: 648617**EXTRATO DE PORTARIA Nº 251/2021 – DI/CMG, DE 23 DE ABRIL DE 2021**

Objetivo: a serviço do Governo do Estado; Fundamento Legal: Lei nº 5.119/84; Município de Origem: Belém/PA; Destino: São Sebastião da Boa Vista/PA; Período: 20 a 23/04/2021; Quantidade de diárias: 4,0 (alimentação) 3,0 (pousada); Servidor: 2º SGT PM Silas José Monteiro Cardoso, CPF nº 363.878.432-00; Ordenador: CEL QOPM Osmar Vieira da Costa Júnior;

Protocolo: 648618**EXTRATO DE PORTARIA Nº 253/2021 – DI/CMG, DE 23 DE ABRIL DE 2021**

Objetivo: desempenhar funções administrativas inerentes ao Governo do Estado; Fundamento Legal: Lei nº 5.119/84; Município de Origem: Belém/PA; Destino: São Sebastião da Boa Vista/PA; Período: 20 a 23/04/2021; Quantidade de diárias: 4,0 (alimentação) 3,0 (pousada); Servidor: Inácio de Souza, CPF nº 106.276.342-49; Ordenador: CEL QOPM Osmar Vieira da Costa Júnior;

Protocolo: 648622**EXTRATO DE PORTARIA Nº 254/2021 – DI/CMG, DE 23 DE ABRIL DE 2021**

Objetivo: a serviço do Governo do Estado; Fundamento Legal: Lei nº 5.119/84; Município de Origem: Belém/PA; Destino: São Sebastião da Boa Vista/PA; Período: 21 a 23/04/2021; Quantidade de diárias: 3,0 (alimentação) 2,0 (pousada); Servidores: 1º TEN QOPM Victor Lincoln da Cunha Barros, CPF nº 827.449.202-15, CB PM Marcos Paulo Silva do Nascimento, CPF nº 516.746.102-20, CB PM Rafael Soriano dos Santos, CPF nº 856.900.742-68 e SD PM Adriano Henrique dos Santos, CPF nº 023.621.262-18; Ordenador: CEL QOPM Osmar Vieira da Costa Júnior;

Protocolo: 648623**EXTRATO DE PORTARIA Nº 255/2021 – DI/CMG, DE 23 DE ABRIL DE 2021**

Objetivo: desempenhar funções administrativas inerentes ao Governo do Estado; Fundamento Legal: Lei nº 5.119/84; Município de Origem: Belém/PA; Destino: Salinópolis/PA; Período: 23 a 25/04/2021; Quantidade de diárias: 3,0 (alimentação); Servidor: CB PM Aldo Vandamme Silva Pessoa, CPF nº 999.656.662-53; Ordenador: CEL QOPM Osmar Vieira da Costa Júnior;

Protocolo: 648624**EXTRATO DE PORTARIA Nº 256/2021 – DI/CMG, DE 23 DE ABRIL DE 2021**

Objetivo: a serviço do Governo do Estado; Fundamento Legal: Lei nº 5.119/84; Município de Origem: Belém/PA; Destino: Salinópolis/PA; Período: 21 a 22/04/2021; Quantidade de diárias: 2,0 (alimentação) 1,0 (pousada); Servidores: 1º TEN QOPM Igor Alessandro Leal Farah, CPF nº 002.137.002-80 e CB PM Osvaldo Lima de Araujo Junior, CPF nº 796.712.412-04; Ordenador: CEL QOPM Osmar Vieira da Costa Júnior;

Protocolo: 648625**EXTRATO DE PORTARIA Nº 252/2021 – DI/CMG, DE 23 DE ABRIL DE 2021**

Objetivo: Em complementação à Portaria nº 237/2021 – DI/CMG, desempenhar funções administrativas inerentes ao Governo do Estado; Fundamento Legal: Lei nº 5.119/84; Município de Origem: Belém/PA; Destino: Aurora do Pará/PA; Período: 18 a 19/04/2021; Quantidade de diárias: 1,0 (alimentação) 1,0 (pousada); Servidoras: Geliane Matias Damasceno, CPF nº 008.470.802-69 e Joana Marques da Silva, CPF nº 603.263.362-49; Ordenador: CEL QOPM Osmar Vieira da Costa Júnior;

Protocolo: 648620**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO****PORTARIA****PORTARIA Nº 196/2021-PGE/CG., de 22 de abril de 2021**

O Procurador-Geral do Estado e o Corregedor-Geral da Procuradoria-Geral do Estado, no uso das suas atribuições legais, Considerando o disposto no art. 5º, XVIII e no art. 12, XI, da Lei Complementar Estadual nº 041, de 29 de agosto de 2002;